



Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR -GERAL DE JUSTIÇA
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

SUBPROCURADOR GERAL JUDICIAL
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VICENTE FELIX CORREIA

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO

DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA

JOSÉ ARTUR DE MELO

EDUARDO TAVARES MENDES

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

MARCOS BARROS MÉRO

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ - PRESIDENTE

VICENTE FELIX CORREIA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 1º CAO

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 2º CAO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLÁUDIO JOSÉ BRANDÃO SÁ

CHEFE DE CABINETE

ALMIR JOSÉ CRESCÊNCIO

DIRETOR GERAL

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ARTUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL

DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA

MARCUS ROBSON NASCIMENTO COSTA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. SÉRGIO JUCÁ, DESPACHOU, NO DIA 1º DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 2315/2012.

Interessado: Sindicato dos Trabalhadores do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas - SINDICONTAS AL.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 4445/2012.

Interessado: Dr. Coaracy José Oliveira da Fonseca, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Remeta-se ao Tribunal de Contas, em face do expediente de fl. 37, cópias das fls. 38/53, para conhecimento.

Proc: 689/2014.

Interessado: Ministério Público de Contas do Estado de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente a remessa do Ofícios nºs 307/2014 - GAB/PGJ/MPE/AL e 1060/2016 - GAB.PGJ.MPE/AL (fls. 84 e 96), determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 2117/2016.

Interessado: Prefeitura Municipal de Jequiá da Praia.

Assunto: Requerimento de adesão a ata de registro de preços.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Pedido de adesão da totalidade da Ata de Registro de Preço PGJ nº 10/2016, que tem por objeto a futura e eventual contratação de serviço de acesso IP para internet e seus respectivos circuitos de comunicação de dados. Informação do gestor da ata. Existência de saldo disponível. Ata vigente. Previsão editalícia. Aplicação do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013, alterado pelo Decreto nº 8.250/2014. Parecer da Diretoria de Tecnologia dando ciência de que para fomentar a ampla concorrência das empresas interessadas em prestar serviço para conexão de internet (link), o certame foi dividido em dois lotes, sendo eles: lote 1 para interior e lote 2 para a capital, contemplando velocidades de conexão adequadas a cada localidade (município). No lote 2, os preços praticados possuem os valores mais vantajosos à administração pública do que o lote 1, o que faz inferir que o custo de infraestrutura (equipamentos), manutenção, transporte e mão de obra para os municípios do interior do estado são mais elevados. Reunião de links de acessos com alteração de quantitativos para uma única localidade que não foi prevista no certame. Pedido sobre objeto divergente daquele registrado na Ata de Registro de Preços nº 10/2016. Pelo indeferimento da anuência da adesão pelo órgão gerenciador, sugerindo a notificação da parte interessada e ulterior arquivamento". À DG para as medidas cabíveis.

Proc: 2952/2016.

Interessado: Departamento de Polícia Federal/Superintendência Regional em Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de documentos (cópia do Inquérito Policial nº 0780/2012-4 SR/DPF/AL).

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a adoção das medidas sugeridas, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 3418/2016.

Interessado: Dra. Maria Luísa Maia Santos, Promotora de Justiça.

Assunto: Comunicação de exercício.

Despacho: À DP para informar sobre as férias do titular da Promotoria de Justiça de Murici.

Proc: 4425/2016.

Interessado: GECOC.

Assunto: Encaminhamento de documentos.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Procuradoria Regional Eleitoral, e de traslado à Promotoria de Justiça de Traipu, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 4434/2016.

Interessado: 21ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o interessado.

Proc: 4471/2016.

Interessado: Agência Nacional do Petróleo - ANP.

Assunto: Encaminhamento de documentos (Cópia dos processos ANP nºs 48611.000053/2013, 48611.000863/2014, 48611.000621/2015 e 48611.000792/2015).

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a adoção das medidas sugeridas, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 4477/2016.

Interessado: Dr. Luiz Cláudio Branco Pires, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

Proc: 4478/2016.

Interessado: Dr. Luiz Cláudio Branco Pires, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

Proc: 4534/2016.

Interessado: Diretoria de Contabilidade e Finanças desta Procuradoria Geral de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Defiro, acolhendo o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Inscrição no "Curso sobre a nova estrutura conceitual da Contabilidade aplicada ao Setor Público". Justificada a necessidade da capacitação. Singularidade de fornecedor. Inexigibilidade de Licitação. Aplicação do art. 25, caput da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Possibilidade de contratação direta junto à empresa Casp Online Treinamentos LTDA-ME, CNPJ nº 17.354.297/0001-96, perfazendo o valor total de R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais). Pelo deferimento". À DG para as medidas cabíveis.

Proc: 4542/2016.

Interessado: Dra. Ilda Regina Reis Santos, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, archive-se.

Proc: 4544/2016.

Interessado: Dra. Ilda Regina Reis Santos, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, archive-se.

Proc: 4546/2016.

Interessado: Dra. Ilda Regina Reis Santos, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, archive-se.

Proc: 4551/2016.

Interessado: Tribunal de Justiça - 3ª Câmara Cível.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenação da Procuradoria de Justiça Cível, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 4554/2016.

Interessado: Núcleo de Defesa do Meio Ambiente/1º CAO/MP.

Assunto: Encaminhamento de documentos.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 1ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 4585/2016.

Interessado: Promotoria de Justiça de Quebrangulo.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 4610/2016.

Interessado: Comissão de Estágio Probatório desta Procuradoria Geral de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Avaliação de Estágio Probatório. Parecer conclusivo da Comissão de Estágio Probatório considerando o servidor apto. Aplicação dos arts. 14 e 15, ambos do Ato Normativo PGJ nº 01/2007. Pelo deferimento de edição de ato de homologação por parte do Procurador-Geral de Justiça". À DG para as medidas cabíveis.

Proc: 4616/2016.

Interessado: Teógenes Cardoso Tenório Lisboa, Assessor Operacional da Diretoria de Apoio Administrativo.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitações e Contratos. Contrato nº 20/2016. Fornecimento de (um) veículo novo ano 2015, modelo 2015, com licenciamento, para atender às necessidades dos serviços da Procuradoria Geral de Justiça. Descumprimento de cláusula contratual. Notificação da contratada para prestar esclarecimentos e suprir a falta. Existência. Hipótese de aplicação de penalidade, consoante reza o art. 87 da Lei 8.666/93. Penalidade de advertência. Possibilidade. Exegese da Cláusula décima-primeira do Contrato nº 20/2016. Necessidade de notificação prévia sobre a aplicação da penalidade unilateral à empresa, abrindo-se o prazo de defesa de 5 (cinco) dias úteis, com ulterior providências que o caso requer. Exegese do art. 87, § 2º da Lei nº 8.666/93 e do Contrato nº 20/2016". À DG para as medidas cabíveis.

Proc: 4617/2016.

Interessado: Dra. Maria Marluce Caldas Bezerra, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 4623/2016.

Interessado: Dr. Magno Alexandre Ferreira Moura, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 4628/2016.

Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Alagoas/Gabinete do Conselheiro Fernando Ribeiro Toledo.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Junte-se ao Proc. 56/2014.

Proc: 4649/2016.

Interessado: Diretoria de Contabilidade e Finanças desta Procuradoria Geral de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DG para as medidas cabíveis.

Proc: 4655/2016.

Interessado: Dr. José Artur Melo, Procurador de Justiça.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: À DP para as medidas cabíveis.

Proc: 4656/2016.

Interessado: Promotoria de Justiça de Paripueira.

Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.

Despacho: À Diretoria de Comunicação Social para divulgar.

Proc: 4666/2016.

Interessado: Dr. Magno Alexandre Ferreira Moura, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de autorização.

Despacho: Defiro o afastamento solicitado. À DP para as medidas cabíveis. Cientifique-se.

Proc: 4672/2016.

Interessado: Dra. Gilcele Dâmaso de Almeida Lima, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 4677/2016.

Interessado: Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Junte-se ao Proc. 3547/2016.

Proc: 4680/2016.

Interessado: 3ª Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 4681/2016.

Interessado: Dr. Mário Augusto Soares Martins, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 4694/2016.

Interessado: Procuradoria Regional Eleitoral em Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Atenda-se na forma requerida.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 1º de novembro de 2016.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público

Protocolo 279392

PORTARIA N° 923, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 4636/2016, RESOLVE designar o Dr. ADRIANO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA, 2º Promotor de Justiça de Porto Calvo, de 2ª entrância, para funcionar no Proc. 4810/2015, em tramitação na Comarca de Maragogi.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 924, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 4545/2016, RESOLVE conceder em favor da Dra. ILDA REGINA REIS SANTOS, Promotora de Justiça de Messias, de 1ª entrância, portadora do CPF nº 564.379.514-00, matrícula nº 69206, ½ (meia) diária, no valor de R\$ 201,94 (duzentos e um reais e noventa e quatro centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Major Izidoro, no dia 16 de agosto do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Major Izidoro, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 84, de 30 de janeiro de 2014, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 925, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 4477/2016, RESOLVE conceder em favor do Dr. LUIZ CLÁUDIO BRANCO PIRES, 3º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, portador do CPF nº 512.336.227-49, matrícula nº 62872, 5 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 1.246,55 (mil duzentos e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Batalha, nos dias 2, 9, 16, 23 e 30 de agosto do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça

de Batalha, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 1540, de 30 de novembro de 2012, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 926, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 4546/2016, RESOLVE conceder em favor da Dra. ILDA REGINA REIS SANTOS, Promotora de Justiça de Messias, de 1ª entrância, portadora do CPF nº 564.379.514-00, matrícula nº 69206, ½ (meia) diária, no valor de R\$ 201,94 (duzentos e um reais e noventa e quatro centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Major Izidoro, no dia 11 de outubro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Major Izidoro, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 84, de 30 de janeiro de 2014, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 927, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 32/2016 - CPJC, RESOLVE designar o Dr. UBIRAJARA RAMOS DOS SANTOS, 44º Promotor de Justiça da Capital, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela 1ª Procuradoria de Justiça Cível, de 2ª instância, durante as férias do titular, referentes ao mês de novembro do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 928, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 33/2016 - CPJC, RESOLVE designar o Dr. LUIZ JOSÉ GOMES VASCONCELOS, 51º Promotor de Justiça da Capital, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela 8ª Procuradoria de Justiça Cível, de 2ª instância, durante as férias da designada, referentes aos meses de novembro e dezembro do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 929, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar a servidora CARLA FERNANDA ROCHA DE ARAÚJO, Técnica do Ministério Público, matrícula nº 82617-9, para exercer a Função Gratificada de Chefe da Seção de Elaboração de Editais, símbolo FG-1, do Quadro desta Procuradoria Geral de Justiça.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 930, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE adiar, por interesse do serviço, as férias do Dr. LUCIANO ROMERO DA MATA MONTEIRO, Promotor de Justiça Substituto, de 3ª entrância, atualmente integrando a Assessoria Técnica do Procurador-Geral de Justiça, referentes ao mês de novembro do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 931, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE adiar, por interesse do serviço, as férias da Dra. CARMEM SYLVIA NOGUEIRA SARMENTO, 4ª Promotora de Justiça de União dos Palmares, de 2ª entrância, referentes ao mês de novembro do corrente ano. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 932, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE adiar, por interesse do serviço, as férias do Dr. JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA NETO, 8º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, referentes ao mês de novembro do corrente ano. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 279322

>>>>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<<<

AO(S) '01' DIA(S) DO MÊS DE NOVEMBRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

Proc. 4669/2016
Interessado:
2ª PROMOTORIA DE JUSTICA DE RIO LARGO
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
REQ. QUADRO DE CORTIÇA
Remetido para:
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Proc. 4704/2016
Interessado:
ANDRESSA LOUREIRO DE MENDONÇA ALVES, FUNCIONÁRIA DESTA PGJ
Natureza:
REQUERENDO FERIAS
Assunto:
FERIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 3837/2015
Interessado:
PROCURADORIA DA REPUBLICA EM ALAGOAS
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
REF.: IC 1.11.001.000212/2013-71
Remetido para:
CHEFIA DE GABINETE

Proc. 5478/2015
Interessado:
PROCURADORIA DA REPUBLICA EM ARAPIRACA-MPF
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
REFERENCIA : IC 1.11.001.000212/2013-71
Remetido para:
CHEFIA DE GABINETE

Proc. 4705/2016
Interessado:
RONALDO AURELIANO DO NASCIMENTO, OFICIAL DE TRANSPORTES
Natureza:
REQUERENDO LICENCA
Assunto:
LICENÇA CASAMENTO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 4690/2016
Interessado:
DIRETORIA DE PESSOAL DA PGJ
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
ENCAMINHANDO INFORMACAO DE TERMINO SOBRE READAP-
TAÇÃO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 4701/2016
Interessado:
DRª DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA, 10ª PROCURADORA DE JUSTIÇA
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
COMUNICANDO FERIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 4700/2016
Interessado:
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO ESTRATEGICA / MPAL
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
REMETE RELATORIO DE PARTICIPAÇÃO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 4693/2016
Interessado:
LÍDIA MALTA PRATA LIMA - PROMOTORA DE JUSTIÇA
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
COMUNICANDO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 4692/2016
Interessado:
BIANCA ATTANASIO ANDRADE, FUNCIONÁRIA DESTA PGJ
Natureza:
REQUERENDO FERIAS
Assunto:
FERIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 4678/2016
Interessado:
SHOW PRESTADORA DE SERVIÇOS DO BRASIL
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
ENCAMINHANDO INFORMAÇÕES
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 4676/2016
Interessado:
SECRETARIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HI-
DRICOS
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 4684/2016

Interessado:

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIO LARGO

Natureza:

REQUERENDO PROVIDENCIAS

Assunto:

SOLICITANDO PROVIDENCIAS

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 4691/2016

Interessado:

DELMA MARIA COSTA DE AZEVEDO PANTALEAO, PROMOTORA DE JUSTIÇA

Natureza:

REQUERENDO DIARIA(S)

Assunto:

DIARIAS

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 4689/2016

Interessado:

DR. ANTONIO LUIS VILAS BOAS, PROMOTOR DE JUSTIÇA

Natureza:

REQUERENDO DIARIA(S)

Assunto:

DIARIAS

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 4688/2016

Interessado:

DR. JOSE ARTUR MELO, PROCURADOR DE JUSTIÇA

Natureza:

REQUERENDO PROVIDENCIAS

Assunto:

REMETENDO INFORMAÇÕES

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

RANULFO PAES ARAUJO

ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA

Colégio de Procuradores de Justiça

PAUTA DO CPJ

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA ESPECIAL

A SE REALIZAR EM 7.11.2016

Convido os Senhores Procuradores de Justiça para a 1ª Reunião Extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça, a se realizar na Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do MPE/AL, localizada no 4º andar do edifício-sede, na data de 7 de novembro de 2016, segunda-feira, às 11h, com o objetivo de eleger o Corregedor-Geral e o Ouvidor-Geral do Ministério Público, nos termos do art. 17 da Lei Estadual Complementar nº 15/1996, do art. 48 do Regimento Interno do CPJ e do art. 2º, parágrafo único, da Lei Estadual Complementar nº 34/2012.

Gabinete do PGJ/MPE/AL, em Maceió, 1º de novembro de 2016.

Sérgio Jucá

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 279324

CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL

Convidamos os Procuradores de Justiça Cíveis para a reunião que será realizada na sede do Ministério Público, na sala das sessões dos Órgãos Colegiados (4º andar), no dia 7 de novembro de 2016, após a eleição do Corregedor-Geral e do Ouvidor-

Geral do Parquet, com a seguinte ordem do dia: (1) eleição dos respectivos Coordenador e Substituto para o próximo mandato de um ano - as inscrições dos candidatos ocorrerão depois da abertura dos trabalhos; (2) outros assuntos de interesse geral.

Maceió, 1º de novembro de 2016.

MARCOS MÉRO

Coordenador em exercício

Protocolo 279315

CONVOCAÇÃO

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, ad referendum do COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, nos termos do parágrafo único do art. 48, do Regimento Interno do referido Colegiado, combinado com o art. 17 da Lei Estadual Complementar nº 15/1996 e com o parágrafo único do art. 4º da Lei Estadual Complementar nº 34/2012, torna público, para conhecimento dos Procuradores de Justiça integrantes do quadro ativo da carreira, que fica convocada a eleição do Corregedor-Geral e do Ouvidor-Geral do Ministério Público, para cumprimento de mandato de dois anos, a começar no primeiro dia útil do mês de janeiro de 2017, a qual será realizada na Reunião Extraordinária designada para dia 7 de novembro de 2016, às 11h, na Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do MPE/AL, instalada no 4º andar do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Bairro do Poço, nesta Capital.

Maceió, 1º de novembro de 2016.

Sérgio Jucá

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 279320

CONVOCAÇÃO

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, ad referendum do COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, nos termos do parágrafo único do art. 48, do Regimento Interno do referido Colegiado, combinado com o art. 17 da Lei Estadual Complementar nº 15/1996 e com o parágrafo único do art. 4º da Lei Estadual Complementar nº 34/2012, torna público, para conhecimento dos Procuradores de Justiça integrantes do quadro ativo da carreira, que fica convocada a eleição do Corregedor-Geral e do Ouvidor-Geral do Ministério Público, para cumprimento de mandato de dois anos, a começar no primeiro dia útil do mês de janeiro de 2017, a qual será realizada na Reunião Extraordinária designada para dia 7 de novembro de 2016, às 11h, na Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do MPE/AL, instalada no 4º andar do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Bairro do Poço, nesta Capital.

Maceió, 1º de novembro de 2016.

Sérgio Jucá

Procurador-Geral de Justiça

*Publicado para correção.

Protocolo 279323

Promotorias de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS

MINISTÉRIO PÚBLICO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MARIBONDO

PORTARIA DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 04/2016

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, através do Promotor de Justiça titular da Comarca de Maribondo/AL, adiante firmado, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o contido no artigo 127 da Constituição Federal Brasileira, que atribui ao Ministério Público o caráter de instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 227, atribui ao Estado, e logo, ao Parquet Estadual a proteção da criança e do adolescente em todos os aspectos, o que é corroborado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, bem como promover o inquérito civil e ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, II e III, da CF/88, regulamentado pelo art. 6º, VII, LC 75/93, e art. 8º, parágrafo primeiro, c/c art. 21 da Lei 7347/85, c/c art. 90 da Lei 8.078/90);

CONSIDERANDO o aporte nesta Promotoria de documentos encaminhados pelo Ministério Público do Trabalho, no qual houve o levantamento das crianças e adolescentes em situação de trabalho proibido na feira livre de Maribondo, segundo levantamento do Conselho Tutelar deste Município;

CONSIDERANDO que a Constituição Brasileira (Artigo 7º, inciso XXXIII) determina a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, com exceção dos aprendizes, que podem trabalhar a partir dos 14 anos de idade, mediante atendimento de critérios específicos, tais como: matrícula em curso técnico, carga horária reduzida e atividades específicas;

CONSIDERANDO a necessidade de resguardar o direito das crianças e adolescentes do Município de Maribondo à educação, dignidade, saúde, lazer, esporte, cultura, dentre outros (art. 4º, ECA);

RESOLVE:

a) Instaurar procedimento preparatório de inquérito civil, conforme art. 2º, parágrafo 4º, da Resolução CNMP n° 23, de 17 de setembro de 2007, que determina a instauração de procedimento preparatório quando houver necessidade de apurar e complementar as informações apresentadas antes de instaurar o inquérito civil público, adotando para tanto as medidas legais cabíveis e;

b) Determinar as seguintes providências:

- Autue-se e registre-se a presente portaria e documentação anexa;

- Solicite-se ao Procurador-Geral de Justiça a publicação da presente portaria no Diário Oficial do Estado;

- Comunique-se a instauração do procedimento preparatório ao Conselho Superior do Ministério Público, em observância a suas normas internas;

- Oficie-se à Secretaria de Educação do Município de Maribondo para que informe se as crianças e adolescentes constantes na lista anexa estão frequentando regularmente a escola e em qual horário, no prazo de 10 (dez) dias;

- Oficie-se ao CREAS para que informe quais crianças ou adolescentes e respectivas famílias constantes na lista anexa recebem benefícios sociais, bem como o que tem sido feito em seu âmbito de atuação em relação a situação de risco destes menores, no prazo de 10 (dez) dias;

- Solicite-se ao CREAS que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente o perfil das famílias que recebem e não recebem benefícios sociais, assim como que seja analisado a possibilidade de cadastro e concessão de benefícios às famílias que não o recebem;

- Oficie-se à Prefeitura do Município de Maribondo para que informe, no prazo de 10 (dez) dias, se há projeto para desenvolvimento de espaço de recreação para as crianças que acompanham os pais no trabalho na feira livre, e não existindo este, qual seria a possibilidade de realizá-lo.

Cumpra-se.

Maribondo/AL, 26 de outubro de 2016.

MARLISSON ANDRADE SILVA
Promotor de Justiça

Protocolo 279337

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
62ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
62ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Portaria 62ª PJC n.º 01/2016

A 62ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, da Constituição Federal; o § 1º, do artigo 8º, da Lei Nacional n° 7.347/85 e alínea "a", inciso IV, do artigo 25 e inciso I, do artigo 26, da Lei Nacional n° 8.625/93:

CONSIDERANDO as atribuições inerentes a esta Promotoria de Justiça Especializada no Controle Externo da Atividade Policial;

CONSIDERANDO que é atribuição institucional do Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO notícia de que obra abandonada, situada na Ladeira da Catedral, tem facilitado a ocorrência de diversas práticas criminosas na região.

RESOLVE:

Com espeque, ainda, no §4º, do artigo 2º, da Resolução n° 01, de 14 de julho de 2010, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, INSTAURAR a Notícia de Fato n.º 78/2016 e adotar as seguintes providências:

I - Autuação e registro da presente Portaria na Planilha de Registro de Portarias Instauradoras competente;

II - Comunicação da instauração da presente Notícia de Fato, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do § 2º, do artigo 1º, da Resolução n° 01/96 da PGJ;

III - Requerer a publicação desta portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;

IV - Expedir os ofícios necessários.

Maceió, 24 de outubro de 2016

FLÁVIO GOMES DA COSTA NETO
Promotor de Justiça da 62ª PJC

Protocolo 279351

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
21ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROMOTORIA DA FAZENDA ESTADUAL
RESENHA

A 21ª Promotoria de Justiça da Capital (Fazenda Pública Estadual), por meio do Promotor de Justiça titular, vem, nos termos do art. 5º, da Resolução 23, de 17.09.2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, cientificar ao(s) interessado(s) a adoção de providências na Notícia de Fato 01.2016.00001828-5 - Interessado: LUHANOADAROCHA SILVA e outros - Objeto: suposta infringência, pela Uncisal, do dever de prestar informações de interesse particular, coletivo ou geral nos termos do art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal, regulamentado pela Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) - Decisão: Diante do exposto, deixo de converter o presente feito em procedimento preparatório ou inquérito civil e indefiro o pedido nos termos do que preconiza o artigo 5º da Resolução n° 23 do CNMP. Os interessados dispõem do prazo de 10 dias, a contar da data da publicação, para interpor recurso administrativo, com a juntada das respectivas razões.

Jamyl Gonçalves Barbosa
Promotor de Justiça

Protocolo 279329

